

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.186 - SP (2018/0231485-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : MILENA PIRÁGINE E OUTRO(S) - SP178962**  
**RECORRIDO : LUIS GUSTAVO GOSUEN GONCALVES DIAS**  
**ADVOGADOS : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI - SP190663**  
**THAIS MACHADO DE SÁ E OUTRO(S) - SP326553**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

1. Discute-se no apelo nobre de fls. 239-280 (e-STJ), essencialmente, a legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ação cautelar para a interrupção da pretensão executiva.

A Segunda Seção desta Corte afetou a questão à sistemática de recursos repetitivos (Recursos Especiais n. 1.774.204/RS e n. 1.801.615/RS - Tema 1.033), assim delimitada a controvérsia:

Interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas em defesa do consumidor.

Ademais, foi determinada a suspensão da tramitação de processos em, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC/2015.

Dessa forma, impõe-se a devolução dos autos ao eg. Tribunal de Origem para que seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, conforme determinação prevista no art. 256-L do Regimento Interno desta Corte Superior, que assim dispõe:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Por fim, registre-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015) não possui carga decisória, **por isso se trata de provimento irrecorrível**.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1140843/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018, AgInt nos

# *Superior Tribunal de Justiça*

EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, **PRIMEIRA SEÇÃO**, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1663877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017; AgInt no REsp 1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, **QUARTA TURMA**, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018.

**2.** Do exposto, determino a restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo da matéria submetida à sistemática dos recursos repetitivos e eventual retratação prevista nos arts. 1.040, inciso II, e 1.041, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator